01 DE ABRIL DE 2020 EDIÇÃO OFICIAL N° 2

IGTNEWS

A Newsletter Oficial do Instituto Governança de Terras

NESSA EDIÇÃO

EXCLUSÃO URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL SOB A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA E A GOVERNANÇA DE TERRAS

LAND AND POVERTY CONFERENCE 2020: O MAIOR EVENTO MUNDIAL SOBRE TERRAS É CANCELADO

METODOLOGIA PARA DEFINIÇÃO DE ÁREAS URBANAS E RURAIS

INSTITUTO GOVERNANÇA DE TERRAS

Exclusão urbana e políticas públicas no Brasil sob a pandemia do coronavírus

Por Vitor Bukvar Fernandes

A última década foi marcada por uma recuperação lenta após a crise financeira de 2008-2009, assim como uma desestabilização do sistema multilateral antes existente entre os países, maior volatilidade nos mercados e menos margem para políticas econômicas em geral. Estes efeitos incidiram com mais peso no Sul global, especialmente nos últimos anos. (1). O contexto macroeconômico brasileiro é ainda mais grave: durante uma crise global influenciada pela pandemia do Covid-19 a política econômica neoliberal do governo Bolsonaro tem mantido um severo ajuste fiscal e desmonte de infraestrutura com cortes de viés ideológico nas áreas de políticas sociais tem aumentado num ritmo acelerado as desigualdades, colocado em risco os setores mais vulneráveis da população e mantido a economia num patamar de crescimento pífio.

Além da economia em frangalhos, em março o coronavírus está em plena expansão pelo Brasil e as previsões são que o aumento exponencial de casos e sobrecarga do sistema de saúde público vão atingir seu pico no próximo mês. O posicionamento oficial do governo oscila, até o momento de escrita deste artigo, entre considerar a epidemia algo fantasioso (2) evitar adotar medidas comprovadas como planos de quarentena e incentivar os protestos a favor do governo em plena crise de propagação do Covid-19 (3).Do Norte global emanam as medidas para minimizar o espalhamento do contágio, tais como como utilizar álcool em gel, lavar as mãos com frequência, evitar aglomerações e ficar em casa o quanto possível. Aqui é necessário incluir outro contexto: existem bairros com infraestrutura sanitária insuficiente, para muitas famílias o álcool em gel é um produto de luxo que não cabe no orçamento e ficar em casa não é uma opção para trabalhadores informais.

Neste contexto, a entrada do Estado com medidas paliativas e sociais é ainda mais urgente – e seguimos na contramão. A cidade de São Paulo é um bom exemplo de como políticas urbanas excludentes a tornam mais vulnerável a expansão da pandemia: de 2015 a 2019 houve um aumento de 53% na população vivendo nas ruas (4) e alguns estudos já apontam para maior índice de contágio onde há mais população vivendo nas ruas (5). Além disso, a precarização do trabalho e crescimento explosivo do emprego informal e de baixos rendimentos coloca essa parcela da população em condições de mais risco numa pandemia (6).Tendo em vista a grande quantidade de moradias informais de baixa renda nas cidades brasileiras, utilizar modelos de propagação europeus para a pandemia no Brasil é um tanto fora de contexto. O potencial de agravamento nessas regiões de vulnerabilidade é claramente maior. Uma reflexão sobre esse contexto foi colocada em artigo de Thiago Borges da Periferia em Movimento (7) e são questões que deveriam ser olhadas com muita atenção por todo poder público da gestão urbana.

Alguns exemplos: a distribuição de equipamento público de saúde e recursos é distribuída de forma homogênea pelo espaço urbano? Como fazer quarentena em áreas de aglomeração como periferias e favelas? Como lidar com o trabalho informal e a restrição de movimento? Com aulas suspensas, como ficam as crianças e jovens que dependem da merenda? Como fica a população no sistema prisional, conhecido pelas péssimas condições, neste caso?Por fim, estamos atravessando uma crise institucional, civilizatória no Brasil e, em adição a isso, ocorre a pandemia do coronavirus. O momento é de reflexão: que tipo de políticas públicas queremos? Ou melhor, as ações públicas realizadas (ou a ausência delas) até agora são de fato as melhores que poderiam ser feitas no nosso contexto?

Desmatamento na Amazônia e a Governança de Terras

Por Gabriel Pansani Siqueira

Novamente a pauta do desmatamento da Amazônia brasileira ganha força com o aumento dos alertas do sistema do INPE, o DETER (1) nos últimos anos. Contudo, os especialistas que têm observado a volta desse fenômeno estão o associando à falta de Governança de Terras e à ocupação indevida de áreas públicas por agentes privados, muitas vezes, oportunistas e especuladores. No recém publicado artigo "Who owns Brazillian lands?" (2), são apresentadas as diferentes categorias fundiárias em um "Atlas Agropecuário" (3), mas também se discute uma "insegurança generalizada que caracteriza a propriedade da terra no bioma amazônico" , associando as sobreposições de reivindicações de propriedade sobre áreas públicas com um maior desmatamento. Além disso, outro recente artigo, "Land Governance as a precondition for decreasing deforestation in the Brazilian Amazon" (4), também se argumenta que o avanço do desmatamento na região Amazônica é fruto da débil governança de terras e que o reconhecimento formal dos direitos dos ocupantes legítimos não é suficiente, pois também é necessário o cumprimento das obrigações associadas à esses direitos.

Além desses estudos que argumentam nessa direção, estamos acompanhando hoje uma ação conjunta e orquestrada entre diferentes organizações, lideradas pelo Ministério Público Federal, de combate à grilagem de terras na Amazônia (5), uma prática que está associada a maiores índices de desmatamento, essa força tarefa do MPF é apoiada pela campanha "Seja Legal com a Amazônia"(6), que envolve diferentes agências de peso. Essas ações, junto ao conhecimento científico apresentado, reforçam a urgência de uma melhor Governança de Terras para o Brasil, que seja capaz de enfrentar o problema do desmatamento. Nesse sentido, é importante relembrar que o descontrole pelo Estado brasileiro sobre o processo de ocupação indevido de terras públicas é um problema anterior à Lei de Terras de 1850, um dos elementos que motivou sua elaboração. Porém, apesar de todos os avanços tecnológicos e institucionais que modernizaram a agropecuária brasileira, a ocupação (e o desmatamento) de áreas públicas continua um problema alarmante ainda nos dias de hoje.

Land and Poverty Conference 2020: o maior evento mundial sobre terras é cancelado

Por Delaíde Passos

Na primeira semana de março, os participantes da conferência Land and Poverty: Institutions for Equity and Resilience, o maior evento mundial sobre terras, receberam a notificação de cancelamento do congresso anual do Banco Mundial, em Washington-DC, visto a disseminação assustadora do COVID-19 (coronavírus). Com o objetivo de assegurar a saúde e a segurança da comunidade, a direção do Banco Mundial decidiu por cancelar todos os principais eventos e conferências até novo aviso. O fórum aconteceria entre os dias 16 e 20 de março de 2020, sendo postergado para os dias 22 a 26 de março de 2021, com a possibilidade de reembolso e/ou transferência da taxa de participação. Dada a tomada de decisão do Banco Mundial, os especialistas sobre as questões fundiárias ficaram sem espaço de discussão, abrindo uma grande demanda por eventos como esse. Em caso de normalização da situação no segundo semestre, uma alternativa para preencher este espaço no Brasil é o VI Seminário Internacional de Governança de Terras e Desenvolvimento Econômico (SIGTDE), que está programado para acontecer no final de setembro, com data ainda a ser confirmada. Este é o único evento no tema em nosso país, trazendo a possibilidade de proporcionar um diálogo legítimo para resolver conflitos e superar as dificuldades dos sistemas de administração do território nacional. Sendo assim, a troca de conhecimentos e experiências no VI SIGTDE pode ser uma via para fortalecer o debate sobre a governança de terras no Brasil. A novidade para 2020 é que o VI SIGTDE será organizado pelo Instituto Governança de Terras, a nova instituição sobre questões fundiárias, já apresentada na edição passada. Deste modo, convidamos toda a comunidade ligada direta ou indiretamente ao tema para propor debates, enviar trabalhos e participar do nosso seminário. Para maiores informações, envie um e-mail para seminariogtde@gmail.com que responderemos prontamente.

Metodologia para Definição de Áreas Urbanas e Rurais

Por Daniella Farias Scarassatti

As definições de áreas urbanas e rurais diferem significamente de um país a outro sendo difícil compará-las utilizando os limites administrativos estabelecidos pelos países. Situação que dificulta, por exemplo, avaliar as políticas implementadas de desenvolvimento urbano e rural nacionais, como também comparar os indicadores da agenda internacional como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas (ONU) (1). Sobre essa temática, a Comissão de Estatística das Nações Unidas (UN Statistical Commission) (2), a partir de estudos sobre como os países disciplinam essa definição, se desenvolveu um método que classifica todo o território de um país. Inicialmente, a pesquisa analisou as definições de áreas rurais e urbanas de vários países e constatou uma grande concordância para as duas classes extremas, ou seja, as cidades são tipicamente classificadas como urbanas ou rurais. O método recomendado estabelece o grau de urbanização em dois níveis hierárquicos. O grau de urbanização nível 1 utiliza critérios baseados na densidade, tamanho e contiguidade populacional para identificar três classes: cidades, áreas semi-densas e áreas rurais. O grau de urbanização nível 2, é um subgrupo do nível 1, utilizando os mesmos critérios do nível 1 para identificar cidades pequenas e vilas. Há um consenso de que um método é necessário para facilitar comparações internacionais, pois as definições nacionais variam consideravelmente entre países, e assim, dificultam as comparações. Ao alocar essas áreas em categorias intermediárias, o método procura acomodar uma gama maior de diferentes densidades populacionais e melhor caracteriza o continuum urbano-rural, reduzindo o viés gerado pelas diferentes formas, tamanhos e ocupações das regiões e poderá contribuir no futuro para o monitoramento e definição de políticas para os territórios.

REDAÇÃO

INSTITUTO GOVERNANÇA DE TERRAS

Site

www.governancadeterras.com.br
www.igterras.org

Facebook

@governancadeterras

Youtube

Instituto Governança de Terras
Grupo de Governança de Terras

E-mail

InstGovTerras@gmail.com
seminariogtde@gmail.com

Ficha Técnica

Edição Geral: Delaíde Silva Passos e Gabriel Pansani Siqueira
Diagramação: Marina Annoni Lange
Colaboradores: Vitor Bukvar Fernandes e Daniella Farias Scarassatti

O que é o IGT?

Buscamos a defesa dos direitos sociais relacionados à posse e à propriedade da terra, em condições de igualdade, por meio da proteção e garantias dadas pelo estado de direito. Estímulo ao desenvolvimento sustentável por meio da adequada Governança de Terras. Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.

O que é o IGT News?

A IGTNews será o novo periódico do IGT, que surgiu com o objetivo de concretizar um veículo de comunicação para proporcionar uma leitura crítica dos eventos contemporâneos ligados às questões fundiárias do Brasil e no mundo.

Contato

Envie para InstGovTerras@gmail.com sua opinião sobre as reportagens: qual sua área temática favorita, reclamações, sugestões, etc.
Ajude-nos a desenvolver este novo meio de comunicação
Caso não deseje mais receber essa newsletter, basta responder a este e-mail com a palavra "REMOVER" no campo do assunto

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização do Instituto Governança de Terras. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do código penal.

REFERÊNCIAS

COVID-19 e o risco de um genocídio para os povos indígenas

1 - UNCTAD. The Coronavirus shock: a story of another global crisis foretold and what policymakers should be doing about it. Trade and Development Report Update. Geneva, 9 março de 2020. Disponível em: https://unctad.org/en/pages/PublicationWebflyer.aspx?publicationid=2688

2 - G1. Bolsonaro diz que “pequena crise” do coronavírus é “mais fantasia” e não “isso tudo” que a mídia propaga. Globo. 10 março de 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/10/bolsonaro-diz-que-questao-do-coronavirus-e-muito-mais-fantasia.ghtml

3 - G1. Bolsonaro diz que “pequena crise” do coronavírus é “mais fantasia” e não “isso tudo” que a mídia propaga. Globo. 10 março de 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/10/bolsonaro-diz-que-questao-do-coronavirus-e-muito-mais-fantasia.ghtml

4 - G1 SP e TV Globo. População de rua na cidade de SP aumenta 53% em 4 anos e chega a 24 mil pessoas. Globo. 30 janeiro de 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/01/30/populacao-de-rua-na-cidade-de-sp-chega-a-mais-de-24-mil-pessoas-maior-numero-desde-2009.ghtml

5 - Batko, Samantha. How Programs Addressing Homelessness Can Prepare for the Coronavirus. Urban Wire. 12 março de 2020. Disponível em: https://www.urban.org/urban-wire/how-programs-addressing-homelessness-can-prepare-coronavirus

6 - Nightingale, Demetra Smith. The Coronavirus Outbreak is Already Affecting Workers. Three Policies Can Help. 9 março de 2020. Disponível em: https://www.urban.org/urban-wire/coronavirus-outbreak-already-affecting-workers-three-policies-can-help

7 - Borges, Thiago. Coronavírus e periferias: 16 perguntas sem resposta. Outras Mídias. 16 março de 2020. Disponível em: https://outraspalavras.net/outrasmidias/coronavirus-e-periferias-16-perguntas-sem-resposta/

Desmatamento na Amazônia e a Governança de Terras

1 - Coordenação Geral de Observação da Terra – INPE - O DETER é um levantamento rápido de alertas de evidências de alteração da cobertura florestal na Amazônia. O DETER foi desenvolvido como um sistema de alerta para dar suporte à fiscalização e controle de desmatamento e da degradação florestal realizadas pelo IBAMA e demais órgãos ligados a esta temática. (http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/deter).

2 - Sparovek, et al., 2019 – “Who owns Brazilian lands?” (https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264837719304077);

3 - Imaflora, 2018. O Atlas - A geografia da agropecuária brasileira é uma iniciativa para gerar e disseminar conhecimento sobre a agropecuária brasileira a partir de uma plataforma online. (http://atlasagropecuario.imaflora.org/mapa).

REFERÊNCIAS

4 - Reydon, et. al., 2019 - “Land governance as a precondition for decreasing deforestation in the Brazilian Amazon” (https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264837717315053).

5 - Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, 2020 – “Como operam as redes criminosas que roubam terras públicas na Amazônia - Entrevista com Procuradores” (https://www.youtube.com/watch?v=t1ixgSaPgys&feature=youtu.be&utm_source=Mailee&utm_medium=email&utm_campaign=Campanha+Seja+Legal+com+a+Amaz%C3%B4nia+lan%C3%A7a+v%C3%ADdeos+com+Procuradores+da+For%C3%A7a-Tarefa+Amaz%C3%B4nia&utm_term=&utm_content=Campanha+Seja+Legal+com+a+Amaz%C3%B4nia+lan%C3%A7a+v%C3%ADdeos+com+Procuradores+da+For%C3%A7a-Tarefa+Amaz%C3%B4nia).

6 - Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, 2020 – A ação dos grileiros é responsável por parte significativa do desmatamento na Amazônia, gerando um ambiente de violência e corrupção na região que não só destrói as riquezas naturais do Brasil como intimida os empresários e produtores rurais que gostariam de investir em alternativas legais. https://sejalegalcomaamazonia.org.br/?utm_source=Mailee&utm_medium=email&utm_campaign=boletim44&utm_term&utm_content=Boletim%2044%20%E2%80%93%202020%3A%20um%20ano-chave%20para%20a%20agenda%20do%20clima

Metodologia para definição de áreas urbanas e rurais

1 - Dikstra el al, 2020, How do we define cities, towns, and rural areas? Disponível em:https://blogs.worldbank.org/sustainablecities/how-do-we-define-cities-towns-and-rural-areas?CID=WBW_AL_BlogNotification_EN_EXT?cid=SHR_BlogSiteShare_EN_EXT.

2 - European Commission – Eurostat and DG for Regional and Urban Policy – ILO, FAO, OECD, UN- Habitat, World Bank, 2020. A recommendation on the method to delineate cities, urban and rural areas for international statistical comparisons. Disponível em: https://unstats.un.org/unsd/statcom/51st-session/documents/BG-Item3j-Recommendation-E.pdf.